



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015CMP-PP – CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

01 – OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de digitalização e preparação até a indexação de documentos para o armazenamento digital permitindo o acesso em tempo real, podendo resgatá-lo instantaneamente em qualquer tempo, de responsabilidade da Câmara Municipal de Pacajus, no exercício de 2016, conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	QTE	UND
01	<p>OS SERVIÇOS SERÃO REALIZADOS NAS SEGUINTE ETAPAS:</p> <p>PREPARAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seleção dos documentos a serem digitalizados; - Preparação física dos documentos para digitalização: análise do processo, conferência, tratamento (retirada de grampos, cliques, elásticos), separação, ordenamento e indexação preliminar. <p>DIGITALIZAÇÃO E CONTROLE DE QUALIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> - Produção de imagens com uso do sistema de gestão eletrônica de documentos – GED; <p>INDEXAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização do Banco de Imagens Digitais, com indexação de cada documento a campos de pesquisa, para efeito de fácil e rápida pesquisa e consulta de imagens; - Instalação do Banco de Imagens Digitais em mídia de CD/DVDs executáveis para gestão pelos usuários; - Treinamento dos usuários sobre o uso do sistema, módulo para pesquisa e impressão. - Concluídas as etapas acima, os documentos originais deverão ser organizados, de acordo com o modelo adotado na entidade, sendo redirecionados para o Arquivo. - Os serviços a serem contratados deverão possibilitar a digitalização, indexação, visualização e gerenciamento de documentos digitais através de estruturas de pastas e documentos. - Fornecer a contratante cópia das imagens digitalizadas em DVD com toda a estrutura de pastas, ficando também uma cópia de segurança na empresa contratada; - Visualização, impressão e envio de documentos por e- 	12	MÊS

<p>mail, em diversos formatos (JPG e PDF podendo ser multipáginas).</p> <ul style="list-style-type: none">- A empresa contratada deverá ter armazenado banco de dados e banco de imagens, além do BKP das imagens digitalizadas.- Digitalização, formatação, assinatura digital de arquivos e envio de prestação de contas de gestão, justificativas técnicas ou outros documentos de envio obrigatório por meio do processo eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.		
--	--	--

02 - DOS DOCUMENTOS A SEREM DIGITALIZADOS

- Documentos contábeis;
- Licitações e contratos;
- Leis;
- Projetos de Lei;

03 - DA JUSTIFICATIVA E DOS OBJETIVOS

3.1 - DA JUSTIFICATIVA

3.1.1. O objeto do presente Termo de Referência justifica-se pela necessidade de proporcionar meios adequados de guarda e gerenciamento de arquivos pela Câmara Municipal de Pacajus, melhorando o gerenciamento do espaço físico utilizado para armazenamento, acondicionamento, conservação e acesso aos documentos, em conformidade com as orientações da Legislação vigente. É fato que a constante produção de documentos por parte dos órgãos públicos e a necessidade de guarda dos mesmos por períodos longos, geram a necessidade de se buscar estratégias que promovam a melhor forma de conservação dos mesmos. Como forma de obtermos os melhores benefícios decorrentes das modernas tecnologias da informática (imagens digitais, distribuição das informações por e-mails, fax etc.), propõe-se a digitalização, indexação e uma solução sistêmica de inteligenciamento de documentos do acervo.

3.2 - DOS OBJETIVOS

3.2.1. Realizar os serviços especializados, contemplando mão de obra e equipamentos para prestação de Gestão Eletrônica de Documentos (digitalização, indexação e software especializado para busca eletrônica das imagens) dos documentos produzidos pela Câmara Municipal de Pacajus.

04 - DA EXECUÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

DA EXECUÇÃO

4.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, através de profissionais habilitados, responsabilizando-se pela sua qualidade, exatidão e segurança, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.



4.2. A Execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Câmara Municipal de Pacajus, especialmente designado.

4.2.1. O representante da Câmara Municipal de Pacajus anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4.2.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

4.3. O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Legislativo Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

4.4. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se em desacordo com os termos do presente Edital e do respectivo Contrato.

4.5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4.6. Os serviços deverão ser executados pela empresa contratada obedecendo as normas e condições estabelecidas no Termo de Referência e na minuta de contrato em anexo.

DA FORMA DE PAGAMENTO

4.7. O pagamento será realizado mediante comprovação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal correspondente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque. A Nota Fiscal deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela Câmara Municipal de Pacajus.

4.8. Serão descontados, em cada pagamento a ser realizado, sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

4.9. No ato do pagamento, a contratada deverá COMPROVAR, mediante apresentação de TODAS as certidões pertinentes, a sua Regularidade Fiscal e Trabalhista, devendo estas, serem entregues na Tesouraria da Câmara Municipal de Pacajus.

5. VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1. O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no Artigo 57 da Lei N^o. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações posteriores.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei n^o 8.666/93;

6.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual;

6.3. Informar a CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;

AW



- 6.4. Solicitar, sempre que necessário, informações referentes aos serviços ora objeto do presente instrumento, perante a CONTRATADA;
- 6.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, conforme dispõe este instrumento, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;
- 6.6. Avaliar todos os serviços prestados pela CONTRATADA;
- 6.7. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços prestados pela CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal;
- 6.8. Indicar os seus representantes para fins de contato e demais providências inerentes à execução do Contrato;
- 6.9. Aplicar as penalidades previstas no Edital e no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o Contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar a Câmara Municipal;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Prestar os serviços em estrita observância às disposições da sua proposta e condições estabelecidas no termo contratual;
- 7.2. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus profissionais;
- 7.3. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto do presente Termo de Referência;
- 7.4. Sob pena de rescisão contratual, não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 7.5. Indicar os seus representantes para fins de contato e demais providências inerentes à execução do Contrato;
- 7.6. Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.7. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, mão-de-obra, transportes, taxas, emolumentos, impostos, todos os encargos e despesas diretas e indiretas de caráter trabalhista, tributário e previdenciário decorrentes do presente contrato referentes às pessoas envolvidas na prestação dos serviços, que não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, bem como providências quanto à legalização do serviço perante os órgãos municipais, estaduais ou federais;
- 7.8. A CONTRATADA ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da CONTRATANTE, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da CONTRATANTE;
- 7.9. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.
- 7.10. Disponibilizar técnico para execução dos serviços contratados, de segunda a sexta-feira no horário normal de expediente desta Câmara Municipal, devidamente identificado em nome da empresa, capaz de executar os serviços de preparação, digitalização,

AN



indexação, controle de qualidade, suporte técnico, administração e gerência da linha de produção;

7.11. Disponibilizar computadores de última geração e *scanners* digitais de alta resolutividade para execução dos serviços;

7.12. As despesas decorrentes da locação do software que será utilizado no processo de digitalização são de inteira responsabilidade da Contratada;

7.13. A contratada irá fornecer todos os equipamentos, softwares, mobiliários e materiais necessários à execução dos serviços deste projeto de forma a atender plenamente o objeto.


Francisco Arino dos Santos
Presidente da Câmara Municipal de Pacajus

ANEXO II – MINUTA DA PROPOSTA

À CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS
REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015CMP-PP – CÂMARA MUNICIPAL DE
PACAJUS

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de digitalização e preparação até a indexação de documentos para o armazenamento digital permitindo o acesso em tempo real, podendo resgatá-lo instantaneamente em qualquer tempo, de responsabilidade da Câmara Municipal de Pacajus, no exercício de 2016, conforme abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS	QTE	UND	V. UNIT.	V.TOTAL
01	Conforme Anexo I do Edital	12	MÊS	(em algarismo e por extenso)	(em algarismo e por extenso)
VALOR TOTAL					(em algarismo e por extenso)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ ____ (POR EXTENSO)

Proponente:

Endereço:

CNPJ:

Telefone:

Email:

Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias

_____ (UF), ____ de _____ de 2015.

Assinatura

Ali



ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

III.I.) 1º Modelo de Declaração:

Ao(À)

PREGOEIRO(A) DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015CMP-PP - CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

DECLARAÇÃO I

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Câmara Municipal de Pacajus, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de de 20__.

.....
DECLARANTE

III.II.) 2º Modelo de Declaração:

Ao(À)

PREGOEIRO(A) DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015CMP-PP - CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

DECLARAÇÃO II

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Câmara Municipal de Pacajus, Estado do Ceará, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos dos produtos/serviços a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes neste edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de de 20__.

.....
DECLARANTE



III.III.) 3º Modelo de Declaração:

Ao(À)
PREGOEIRO(A) DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015CMP-PP - CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

DECLARAÇÃO III

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Câmara Municipal de Pacajus, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexistente qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de de 20__.

.....
DECLARANTE

III.IV.) 4º Modelo de Declaração:

Ao(À)
PREGOEIRO(A) DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015CMP-PP - CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESA (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)
(Esta declaração deverá ser entregue na forma disposta no subitem 3.2 do Edital)

A empresa inscrita no CNPJ nº....., sediada (endereço completo) por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF..... **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende os dispositivos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, notadamente o art. 3º, tendo direito aos benefícios estendidos pelo referido Diploma.

..... (UF), de de 20__.

.....
NOME E NÚMERO DA RG DO DECLARANTE



III.V.) 5º Modelo de Declaração:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
(Esta declaração deverá ser entregue na forma disposta no subitem 3.1 do Edital)

Ao(À)
PREGOEIRO(A) DA CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015CMP-PP - CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS

(NOMINA E QUALIFICA), DECLARA, para os devidos fins de direito e sob as penalidades cabíveis, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto a Câmara Municipal de Pacajus, Estado do Ceará, que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

..... (UF), de de 20__.

.....
DECLARANTE

III.VI.) Modelo de PROCURAÇÃO:

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (qualificação completa – nome, endereço, dados pessoais, etc)

OUTORGADO: (qualificação completa – nome, endereço, dados pessoais, etc)

PODERES: Pleno e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS, no processo de pregão promovido através do Pregão Presencial nº 008/2015CMP-PP - CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária (inclusive contratos), como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE



ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº _____

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE
PACAJUS COM A EMPRESA
....., PARA O FIM QUE A
SEGUIR SE DECLARA.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS, pessoa jurídica de direito público interna, estabelecido à _____, nº _____ - BAIRRO _____ - (cidade) - Ceará, inscrita no CNPJ sob nº _____ e CGF _____, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) _____, Presidente, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), residente e domiciliado(a) à Rua/Av. _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e Carteira de Identidade _____, no final assinado, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado, a empresa _____, de direito privado, sediada em _____, estado do _____, a rua _____, nº _____, bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e Inscrição Municipal nº _____, representada por _____ (sócio(a) administrador(a)/titular), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), residente e domiciliado(a) em _____, portador(a) de Cédula de Identidade nº e CPF nº _____, no final assinado, doravante denominado de **CONTRATADA** firmam entre si o presente CONTRATO oriundo de negociação comercial firmada através de Licitação, na modalidade **Pregão**, o que fazem mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Presencial, nº 008/2015CMP-PP - CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores - Lei de Licitações, da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 - Lei que Regulamenta o Pregão, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais normas pertinentes e, ainda, de conformidade com a homologação procedida pelo ordenador de despesa.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de digitalização e preparação até a indexação de documentos para o armazenamento digital permitindo o acesso em tempo real, podendo resgatá-lo instantaneamente em qualquer tempo, de responsabilidade da Câmara Municipal de Pacajus, no exercício de 2016, nos itens especificados em anexo, parte integrante do presente instrumento.

Handwritten signature

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 3.1. O presente contrato tem o valor global de R\$ (....).
3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste.

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO

- 4.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, através de profissionais habilitados, responsabilizando-se pela sua qualidade, exatidão e segurança, diligenciando no sentido de que os trabalhos sejam conduzidos segundo a melhor técnica aplicável, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.
- 4.2. A Execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representante da Câmara Municipal de Pacajus, especialmente designado.
- 4.2.1. O representante da Câmara Municipal de Pacajus anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- 4.2.2. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 4.3. O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Legislativo Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 4.4. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o serviço prestado, se em desacordo com os termos do presente Edital e do respectivo Contrato.
- 4.5. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 4.6. Os serviços deverão ser executados pela empresa contratada obedecendo as normas e condições estabelecidas no Termo de Referência e na minuta de contrato em anexo.

CLÁUSULA QUINTA - DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

- 5.1. O Contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite estabelecido no Artigo 57 da Lei N.º. 8.666, de 21 de Junho de 1993, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei n.º 8.666/93;
6.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual;

[Assinatura]

- 6.3. Informar a CONTRATADA de atos que possam interferir direta ou indiretamente nos serviços prestados;
- 6.4. Solicitar, sempre que necessário, informações referentes aos serviços ora objeto do presente instrumento, perante a CONTRATADA;
- 6.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, conforme dispõe este instrumento, diligenciando nos casos que exijam providências corretivas;
- 6.6. Avaliar todos os serviços prestados pela CONTRATADA;
- 6.7. Responsabilizar-se pelos pagamentos dos serviços prestados pela CONTRATADA mediante a apresentação de Nota Fiscal;
- 6.8. Indicar os seus representantes para fins de contato e demais providências inerentes à execução do Contrato;
- 6.9. Aplicar as penalidades previstas no Edital e no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o Contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar a Câmara Municipal;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Prestar os serviços em estrita observância às disposições da sua proposta e condições estabelecidas no termo contratual;
- 7.2. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da CONTRATANTE por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus profissionais;
- 7.3. Não transferir a outrem no todo ou em parte o objeto do presente Termo de Referência;
- 7.4. Sob pena de rescisão contratual, não caucionar ou utilizar o Contrato para qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
- 7.5. Indicar os seus representantes para fins de contato e demais providências inerentes à execução do Contrato;
- 7.6. Manter, durante toda a execução dos serviços, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.7. Arcar com todas as despesas relativas à execução dos serviços, mão-de-obra, transportes, taxas, emolumentos, impostos, todos os encargos e despesas diretas e indiretas de caráter trabalhista, tributário e previdenciário decorrentes do presente contrato referentes às pessoas envolvidas na prestação dos serviços, que não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, bem como providências quanto à legalização do serviço perante os órgãos municipais, estaduais ou federais;
- 7.8. A CONTRATADA ficará responsável por quaisquer danos que venha a causar a terceiros ou ao patrimônio da CONTRATANTE, reparando às suas custas os mesmos, durante ou após a execução dos serviços contratados sem que lhe caiba nenhuma indenização por parte da CONTRATANTE;
- 7.9. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

Assinatura

7.10. Disponibilizar técnico para execução dos serviços contratados, de segunda a sexta-feira no horário normal de expediente desta Câmara Municipal, devidamente identificado em nome da empresa, capaz de executar os serviços de preparação, digitalização, indexação, controle de qualidade, suporte técnico, administração e gerência da linha de produção;

7.11. Disponibilizar computadores de última geração e *scanners* digitais de alta resolutividade para execução dos serviços;

7.12. As despesas decorrentes da locação do software que será utilizado no processo de digitalização são de inteira responsabilidade da Contratada;

7.13. A contratada irá fornecer todos os equipamentos, softwares, mobiliários e materiais necessários à execução dos serviços deste projeto de forma a atender plenamente o objeto.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FONTE DE RECURSOS

8.1 - As despesas deste contrato correrão por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s), Elemento(s) de Despesa e Fonte(s) de Recurso, n^o(s):

ÓRGÃO	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSOS
CÂMARA MUNICIPAL DE PACAJUS	17.01.01.031.0001-2.082	3.3.90.39.00	Ordinários

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado mediante comprovação da execução do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal correspondente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor ou através de cheque. A Nota Fiscal deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela Câmara Municipal de Pacajus.

9.2. Serão descontados, em cada pagamento a ser realizado, sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

9.3. No ato do pagamento, a contratada deverá COMPROVAR, mediante apresentação de TODAS as certidões pertinentes, a sua Regularidade Fiscal e Trabalhista, devendo estas, serem entregues na Tesouraria da Câmara Municipal de Pacajus.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2 - A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:



I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

- a) de **1%** (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na entrega do produto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de **5%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 5 (cinco) dias que se seguem à data da comunicação formal da rejeição;

III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Pacajus, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Câmara Municipal pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 10.1.

10.3 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I e II do **item 10.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso III** do mesmo item.

10.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.5 - As sanções previstas no **item 10.1** e **inciso III do item 10.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas/pessoa física que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6 - As sanções previstas nos **incisos I e III do item 10.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

11.2 A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

11.3 Os procedimentos de rescisão contratual, tanto amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

12.2. Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Pacajus - CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

_____ - CE, de de 20.....

CONTRATANTE

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

01. _____ CPF: _____

02. _____ CPF: _____